

As agências reguladoras

OSWALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS^(*)

1 A reforma

É mister criticar antropologicamente novidades na comunidade política e administrativa do Brasil. Tratar-se-ia daquelas nossas reformas de base de há meio século, ressurrectas numa nova tematização? Não absolutamente, que o período que se lhes seguiu varreu-as de chofre.

Dá ingresso na economia brasileira conceito novo: o de agência reguladora. É ela a síntese da política econômica de um governo que se joga de cabeça no oceano da globalização. E quando se usa a expressão “joga de cabeça”, não é isso uma metáfora, porque se alude à vontade conseqüente, consciente, premeditada e confessa dos governantes e parlamentares desta nação auriverde.

Quer-se com as agências reguladoras deixar patente – obviedade e reiteração – que a economia nacional é de mercado, isto é, mercado global, a que se estão subsumindo os mercados nacionais, de modo crescente e inevitável. Ao controle social dos nacionais brasileiros vem sobrepor-se o controle internacional, que se exerce sobre os setores, grupos e unidades econômicos. As organizações financeiras internacionais decidem dos investimentos nos países. Os administradores públicos já não fariam na matéria, mas os próprios empresários com recorrência nessas organizações.

Não importam as peculiaridades de cada caso, mas a reforma do capitalismo encontra e empolga um denominador comum das suas inúmeras contradições concorrenciais. As economias nacionais estão subordinadas ao denominado neste instante

^(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Clube dos Oito – Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Canadá e Rússia – do qual o Brasil é tributário, ao lado das demais nações do globo.

Daí as nossas agências reguladoras ou “nacionais”.

2 A história

Sabe-se que no Manifesto Comunista (1848) Karl Marx diz que o operariado é, em princípio, nacional.

Este caráter faria do mesmo função do capital, que seria também nacional, em que pese à relativa influência dos empréstimos externos na própria nação, por menos ou mais independente politicamente que esta fosse.

Por outro lado, 85 anos depois, Georg Dimítrov dissera que o fascismo era a brigada de choque do capitalismo. Portanto, este permanecia ainda sob a mesma focalização anterior em termos de nacionalidade.

Quer dizer, os dois não viram nem poderiam ver que a economia se internacionalizaria globalmente. Antes da I Grande Guerra o mecanismo das relações externas não se regulava por um elenco de normas comuns, embora viessem, primeiro, a Liga das Nações e, depois, a Organização das Nações Unidas, presuntivamente defensoras das nações reconhecidas e afiliadas.

As relações entre as nações, povos e países são plenas de complexidades e contradições, que a história registra. Tomem-se, por exemplo, Índia, China, Rússia e Estados Unidos para confirmá-lo, já que são os primeiros em termos políticos, demográficos e geográficos. O que entanto se constata é a inexistência de nacionalidade que seja simplesmente absorvida por outra ou por outras.

3 A atualidade

A dissuasão do nacionalismo – ostensiva na ideologia marxista e discreta na ideologia burguesa – foi insuficiente. O capitalismo, conquanto tivesse a sua forma financeira denunciada há 85

anos, por Lenin, em *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, neste instante consoma novo ciclo, em que investiu maciça e desesperadamente nas armas atômicas. Ele assume a chamada globalização, que é o acordo sobre o mercado mundial dominado pelas nações capitalistas mais poderosas – o referido Clube dos Oito – que se unificaram política e economicamente.

Decreta-se o fim do capitalismo de Estado. Cindira o fascismo – economia corporativa, regulamentada e reificada – o sistema capitalista que, dessorado pelos países socialistas, precisou amputar-se desse broto seu, viçoso e perigoso como os chamados ladrões das árvores, mobilizadores e utilizadores que são da seiva em detrimento da planta inteira.

Foi aceita pelo capitalismo essa erradicação. Embora ele se opusesse também ao fundamentalismo muçulmano ou ao populismo socialstóide, amparou aqueles regimes professados por nações atreladas às transnacionais do petróleo. Evidentemente o critério dessa tolerância é a auferição do lucro máximo.

A tônica do imperialismo foram os encargos bélicos, que haviam assumido feição de consumismo político e que des-sangraram as economias das nações. Esse caráter de destruição das forças produtivas persiste, mesmo quando Estados Unidos e China estão a discutir acordos de paz, e dificulta a exitosa reintegração ao território chinês de áreas – Hong Kong, Macau, Tibete e Formosa – que em passado menos ou mais remoto lhe foram arrebatadas por violência ou conspiração.

Entretanto, o pacifismo é hoje a idéia que avassala o mundo, na mesma proporção crescente do desenvolvimento das comunicações entre os povos. O turismo se expande internacionalmente e o comércio breca a veleidade nacional de auto-suficiência e isolamento. Todas as pessoas aspiram ao gozo dos bens propiciados pelo progresso técnico, ao conforto, ao lazer e à felicidade. Tudo isso é a negação da guerra e não é casual que se envide um universal esforço de sublimação da competição guerreira, mediante o incremento dos esportes, celebrado quadrienalmente nas olimpíadas.

4 O protecionismo

É certo que o capitalismo se fortaleceu e hoje considera antidemocráticas as nações a que imputa a prática de protecionismo, na qual ele sempre foi vezeiro. Patrulha-se a concessão de incentivos aos produtos que concorrem com os equivalentes de extração imperialista. Às vezes, nem se trata de incentivos oficiais ou oficiosos, mas de naturais vantagens comparativas.

O fascismo, a título de nacionalismo, era protecionista. Ora, essa política comercial é responsável, principalmente em função de subsídios agrícolas, pelo desenvolvimento dos próprios Estados Unidos. Todavia converte-se numa barreira, geralmente contra as exportações, estimulando as economias nacionais ou estatais em detrimento da economia mundial, isto é, não globalizada.

Fazia-se mister, portanto, desestimular tecnicamente nação e Estado. Os Estados foram convencidos, mas as nações resistiram e só agora foram feridas pela globalização. Impuseram o dogma do mercado aos países, abrindo ao capital o mundo inteiro, a economia sob todos os regimes e Estados, o trabalho de todos os povos e nações e a consciência de todas as pessoas. A política de abertura dos portos, que no passado fora compulsão colonialista ou guerra de conquista, se torna persuasão diplomática ou chantagem comercial.

A cultura nacional se descaracteriza sob a invasão dos bens, serviços e hábitos de que a nação é carente e incapaz de produzir, à míngua de condições de competição. Os traços do sistema econômico nacionalmente sedimentados desfiguram-se, refundem-se e amalgamam-se com outros – exóticos, de origem imperialista ou imigrados – e a nacionalidade imerge no cosmopolitismo, no ecletismo e na obliteração.

5 O neocapitalismo

Acena-se, mediante as organizações financeiras internacionais e o capital que lhes corresponde, com o poder acionário das bolsas de valores e o financiamento externo ofertado às nações.

O noticiário sobre instituições operativas do crédito se compara ao das previsões meteorológicas.

Na essência, reincide-se no fascismo. O mercado – supostamente livre, expresso monetariamente em dólar e despojado dos controles nacionais – é, porém, monopolista à socapa.

As nações podem concorrer, mas na medida dos custos dos seus produtos, os quais diminuem proporcionalmente ao grau de produtividade do trabalho e das empresas, próprio dos países capitalistas e mais desenvolvidos. Por outras palavras, a responsabilidade das transações é atribuída às empresas privadas de todas as nações e a cada uma delas de per si. Cumpre-se a apóstrofe de Marcus Vinicius Pratini de Moraes ao tempo em que fora ministro da Indústria e do Comércio do governo Médici: “Quem não pode competir que saia da arena”.

A antiga tese de João Neves da Fontoura, embaixador do II Governo de Vargas na metrópole ianque, também se cumpriu: “alienação progressiva da soberania nacional”. Fora impossível obtê-lo à sua época, porque as economias nacionais tinham ênfase mais exortorial, rigidamente imbuídas em espírito de nacionalidade e doutrinariamente estabelecidas em moldes clássicos como eram então.

6 A degradingolada

Combateram-se as teorias nacionalistas com um velho fantasma – renitente como a Fênix lendária – já identificado por Marx no Manifesto Comunista, cujas primeiras palavras eram: “Um espectro ronda a Europa, o espectro do comunismo”. E as proclamadas reformas de base do Governo Goulart estavam sepultadas quando o embaixador Juracir Montenegro Magalhães, no Governo Castelo Branco, proferiu seu famoso aforismo: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.

O deslumbramento dos intelectuais nacionalistas ante a teoria econômica do desenvolvimentismo levava ao desprestígio o anacrônico colonialismo, a ponto de ser apoteoticamente rece-

bido no próprio território norte-americano o líder cubano Fidel Castro, recém-vitorioso que fora (1959). Quando Celso Monteiro Furtado trouxe da CEPAL, isto é, da ONU para a SUDENE, o famoso Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, cepalino, fora ministrado em Cuba no ano anterior.

O capitalismo, porém, escreve torto por linhas certas. E desmoralizou a nação mediante ditaduras outras não do proletariado, instauradas sob disfarce nacional. E vieram então democracias de pós-guerra como triunfo do mercado, fomentadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial.

7 A transição

Cumprido o programa dessas organizações financeiras internacionais, eis que traços de fascismo retornam sob outra feição. O Estado fascista *stricto sensu* era orgânico. O Estado neocapitalista também o é. Só que, antes, os setores e empresas estavam sob a égide do capitalismo de Estado, o mesmo que tem agora igual destino daquele fascismo, o de ser extirpado, não mais sob argumento político, mas econômico, abroquelando-se na ficção democrática do mercado dito global.

Que coisa é, porém, o mercado global, se não a abolição dos mercados nacionais, ou até a dos mercados comuns ou regionais, que lutam e se esbafoem na resistência ao rolo compressor das empresas transnacionais? Estas açambarcam a economia das nações, compactuam entre si, personificam-se no citado Clube dos Oito e impõem os nomes de seus representantes e agentes, que dirigirão doravante nosso país por intermédio das agências reguladoras.

Anteriormente, entre o fascismo e o neocapitalismo, nossas empresas deixaram de ser nacionais e passaram a cosmopolitas, sendo as suas corporações substituídas agora por agências reguladoras. É um processo de deperecimento do Estado, de cuja figura prescindirá a nação, porquanto sua economia já não é nacional: é global.

8 A inovação

A agência reguladora concebida como cerne e órgão era o que faltava em nossa ordem econômica. A autoridade pública não é mais uma instância suasória no conflito das relações de produção. Essa a inovação.

A empresa esperou pelo desemprego institucional, pela redução e quase supressão da mão-de-obra, pelo seu descompromisso com o trabalhador e compromisso com o instrumento de produção. E pior: o Estado se desvencilha de ambas-mão-de-obra e máquina – mas põe ao serviço da empresa uma categoria *sui generis* de funcionários, os titulares das agências reguladoras, uma minoria privilegiada, corporativa e juridicamente assemelhada de poder público.

Se o mercado prevalece, é que as empresas governam. Faz-se mister atentar em que não há em rigor trabalhadores, mas empresas tecnificadas. E não se venha dizer que as agências reguladoras representariam um setor laboral ou uma categoria profissional. Ora, seu papel é promover o mercado global.

Dir-se-á que o critério usado pela agência reguladora é o da produtividade e competitividade, o qual funciona, porém, como mercadoria, como algo refletido no produto e *ipso facto* vendido, como finalmente objeto de barganha no mercado global, incluídas a empresa e a própria agência reguladora.

E não são necessários sociólogos e publicitários para a constatação da verdade de que a mercadoria se vende a si própria, a despeito de nação e Estado que por acaso remanesçam. Sobrevivos, inseguros, pressionados pela média ou, como se prefere dizer, pela mídia, os dois escatologicamente sofrem de uma morte continuada.

9 A desestatização

Não se desvencilhara, mais anteriormente, da soberania nacional, que finalmente sucumbe sob o regime denominado Estado mínimo, que fora terceirizado e ora está sendo privatizado.

Assim, aquele processo se ultima. O poder moderador do Estado fascista ou ditatorial converteu-se em poder regulador do Estado neocapitalista. Neste, as agências reguladoras são mero circunlóquio, ou melhor, expediente escamoteador da cadeia do imperialismo.

É certo que há pontos onde esta acima pode romper-se, porém a ruptura será realmente desintegração, não pelo fortalecimento do cidadão ou do operário, como respectivamente se verificou na Revolução Francesa e na Revolução Soviética, mas pelo fortalecimento do indivíduo na Revolução Informática. Hoje, tem-se o direito de “estar na sua” e poder desmascarar e demolir todas as pseudo-revoluções, que empulharam as pessoas e instituições mediante o mistério, o segredo e o monopólio do saber.

O neocapitalismo informatizou seu mercado global, mas o computador também é um bem de uso do indivíduo, que então não se imporá voluntariamente abstenções, renúncias e sacrifícios, máxime no Estado dessorado pela redução de seus entes, equipamentos e serviços, sobretudo de pessoal e de quadros às vezes qualificados e indispensáveis. Nestas alturas, o de que se trata é a razão feliz e não de outras razões – teológica, metafísica e positiva – que Augusto Comte identificara. Há condições para que se possa viver autêntica e conscientemente, deixando de constranger-se com uma conduta exteriorizada que não corresponde à atitude mental.

A desestatização faz parte da dialética da libertação individual, que as atrás referidas revoluções da cidadania e da camaradagem não tinham efetivado, mas que a revolução da individualidade efetivará. Aliás, a extinção do Estado foi prevista por Marx, a quem, porém, não ocorrera que, no final do século XX, o próprio capitalismo contribuiria voluntariamente para tanto.

10 A aporética

Desse modo, depois das agências reguladoras, reformar o Estado consiste também em alijar do Poder Judiciário a atribuição da justiça trabalhista. Sim, porque ao trabalhador indenizado, após demissão voluntária ou não, falta o que reivindicar e, idem, àquele jogado ou nascido no mercado informal. O salário mínimo ou

minimizado não terá mais contencioso, porquanto pertencerá à esfera de mera delegacia de polícia ou à de expedito juizado de pequenas causas.

Aí está a obsessão do enxugamento – a diminuição dos gastos salariais –, uma síndrome tecnocrática, que se racionaliza em sentido freudiano, argüindo o mercado de trabalho. Não deixa de ser uma ironia – se não sadismo ou virtude gozosa do capitalismo – o descarte perverso de quem não tem nem terá poder aquisitivo, a atitude de técnicos e governantes que se dizem infensos a emocionalismo, a lógica positivista que considera coisas os valores intelectuais.

As autoridades executivas se auto-exoneram de suas respectivas competências, transferindo responsabilidades às agências reguladoras, cuja função consiste em implementar o poder privado totalizado, constituir-se na instância da luta entre o capital e o trabalho, e consolidar organicamente as mudanças a que vieram.

Opera-se a inocuidade dos ministérios, das secretarias, dos órgãos do Estado e, em suma, do serviço público. Cria-se uma duplicidade teratológica ou conflito de jurisdição entre governo e agências reguladoras.

Nessa perspectiva, sabem a uma expressão vazia palavras de ordem como iniciativa popular, administração direta, orçamento participativo, distribuição da renda e anacronismos sacramentais relativos à cidadania, ao proletariado, a quejandos de um populismo recente. É que não se trata mais de um capitalismo corriqueiro com que se dialogava, mas do neocapitalismo lastreador e provedor do Poder Legislativo que legaliza as agências reguladoras.

11 O desfecho

O espírito que preside a agência reguladora perante o Estado mínimo fareja e préia seu objetivo no mercado global, com detrimento do mercado nacional. As relações desses lucubreadores têm a marca da globalização, transitando sucessivamente, no campo talado da economia nacional, pelas modalidades comensalista, parasitária e predatória.

Os corifeus da doutrina do Estado mínimo poderão levar a curiosos e paradoxais arranjos administrativos, etês como “Agência Nacional da Arrecadação”, “Agência Nacional da Polícia”, “Agência Nacional da Diplomacia” etc. Isto, na especulação sobre como rematar o processo em curso, até que se transfiram *in totum* os monopólios estatais, incluídos os governamentais propriamente ditos – serviços e repartições públicos – que são a alma do Estado.

Justiça se faça contudo a esses protagonistas, por sua indormida vigilância contra inconveniências da terminologia, quando evitam denominações como “Agência Nacional da Água” (acrônimo ANAGUA), que foi substituída por Agência Nacional das Águas, cujo acrônimo é ANA. Recorreu-se aí a expediente antroponímico – inaugurado no governo atual, ante a pandemia da sida, pelo prenome Bráulio, e retomado agora, pelo prenome Ana –, tudo fortuito, diversionístico, ludibrioso e tragicômico.

Todavia, convenha-se que neste último caso sobrestá e se evidencia uma questão: a heterogeneidade das águas – geológicas, pluviais, correntes etc. – que, embora difiram entre si pela origem, condição e natureza, são postas numa cisterna única, como gatos num saco ou fezes num barril ou “quimoa”.

Anglófonos, globais e modernosos – made in USA –, os prosélitos, assessores e titulares das agências reguladoras esgrimem um jargão onde abundam armas desconhecidas do povo, como business, bargain, profit, efficiency etc., que são elementos de uma escolástica própria. Não parece, malgrado tanta virtualidade, que saibam o que virá, depois das privatizações. Findo o Estado, resta o povo, com o qual os gerentes do novo fascismo econômico terão de avir-se.

O fascismo é uma exacerbação do capitalismo. Foi assim na Alemanha nazista, como ensaio geral de um drama nacional. Sê-lo-á agora, no drama global. No palco econômico em que se encena, o ponto falará inglês, como o escritor norte-americano Jack London que em 1907 o denunciara profeticamente, não para o caso do ensaio geral, mas para o caso das récitas de assinatura no teatro do Clube dos Oito.

(Palestra proferida no Instituto do Ceará em 20/04/2001)